

Guia Regional para a Linguagem Inclusiva



Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social
Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social



Índice

Introdução	3
Políticas Públicas: legislação e instrumentos sobre linguagem inclusiva	5
Orientações para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens	7
• Neutralização ou abstração da referência sexual	8
• Especificação do sexo	10
Outras recomendações	13
Conclusão	18
Referências Bibliográficas	19



Introdução



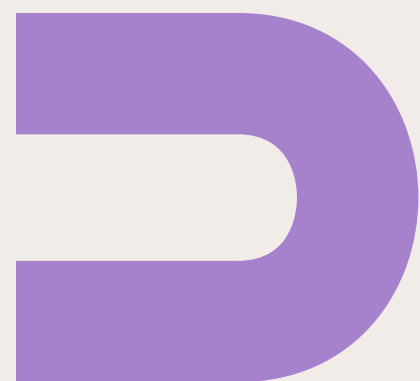
A sociedade está em constante transformação. O aumento da diversidade étnica, cultural, de género e de orientação sexual, aliado ao envelhecimento da população e à maior visibilidade das pessoas com deficiência exige uma reflexão contínua sobre a forma como comunicamos e nos expressamos. A linguagem que utilizamos tem um poder significativo para incluir ou excluir, para respeitar ou discriminar, funcionando como uma importante ferramenta de comunicação que permite expressar pensamentos, sentimentos e emoções de forma escrita, oral ou visual.

Na língua portuguesa é comum o uso exclusivo do género gramatical masculino para designar o conjunto de homens e mulheres, ainda que morfologicamente existam formas femininas, partindo-se do princípio de que o género masculino abrange o género feminino. Tal prática contribui para uma certa discriminação linguística, devendo ser evitada sempre que possível, optando-se pela eliminação do uso do masculino genérico e a sua substituição por formas não discriminatórias que respeitem o direito de homens e mulheres à representação linguística da sua identidade e impliquem o reconhecimento de que nenhum dos dois sexos tem o exclusivo da representação geral da humanidade ou da cidadania.

A utilização de uma linguagem inclusiva, para além do recurso a formas que evitem o uso do masculino genérico, permite fazer uso dos recursos da língua por forma a, progressivamente, abolir e transformar a aplicação de palavras e expressões que possam ser consideradas discriminatórias e estigmatizantes para com pessoas, grupos ou comunidades minoritárias, vulneráveis a estereótipos, perceções e atribuições negativas.

Assim, este Guia Regional para a Linguagem Inclusiva surge como uma ferramenta prática para a eliminação de estereótipos, a promoção do respeito e a inclusão de todas as pessoas na Região Autónoma dos Açores, nos variados domínios da sociedade, desde a comunicação social ao ensino, até às empresas, à administração pública e às conversas no nosso dia a dia.

A elaboração deste Guia encontra-se prevista no I Plano Regional para a Igualdade e Não Discriminação nos Açores 2023-2026, aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 232/2023 de 15 de dezembro de 2023. Mais do que criar, de origem, um Guia em matéria de linguagem inclusiva, optou-se pela adaptação de conteúdo de Guias já existentes (que constam nas Referências Bibliográficas), cumprindo com as orientações e recomendações nesta área.



Políticas Públicas

legislação e instrumentos sobre linguagem inclusiva

Quer a nível nacional, quer a nível internacional, existem vários enquadramentos legais e normativos que visam a promoção de uma linguagem inclusiva e neutra.

A nível internacional

A Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, em que o Estado vinculou-se a adotar as medidas necessárias para promover mudanças nos padrões de comportamento socioculturais das mulheres e dos homens, tendo em vista a erradicação de preconceitos assentes na ideia de inferioridade das mulheres ou nos papéis estereotipados das mulheres e dos homens.

A Recomendação do Conselho da Europa (REC, 90, 4) que incentiva o uso de uma linguagem que esteja de acordo com o princípio de igualdade entre mulheres e homens, tanto na educação, como em documentos oficiais e na comunicação social.

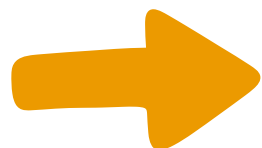
A Recomendação sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género (REC, 2007, 17) que reforçou a importância do uso da linguagem inclusiva.

A Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo (REC, 2019, 1) que reitera o papel da linguagem inclusiva na garantia da igualdade entre mulheres e homens, na administração pública, na educação, na comunicação social, entre outros.

Políticas Públicas

legislação e instrumentos sobre linguagem inclusiva

Em Portugal



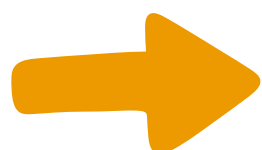
A promoção da igualdade entre as mulheres e os homens é uma das obrigações fundamentais do Estado, nos termos do artigo 9.º alínea h) da Constituição da República Portuguesa.

A Lei n.º 45/2019, de 27 de junho procedeu à revisão global da linguagem utilizada nas convenções internacionais relevantes em matéria de direitos humanos a que a República Portuguesa se encontra vinculada, alterando todas as versões em que se lê “direitos do homem” devendo ler-se “direitos humanos”.



O Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 3 de dezembro, que aprova o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional, que inclui normas que preconizam a utilização de linguagem não discriminatória.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, que aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, ENIND, que procura promover uma comunicação institucional promotora da igualdade entre mulheres e homens em toda a administração pública.

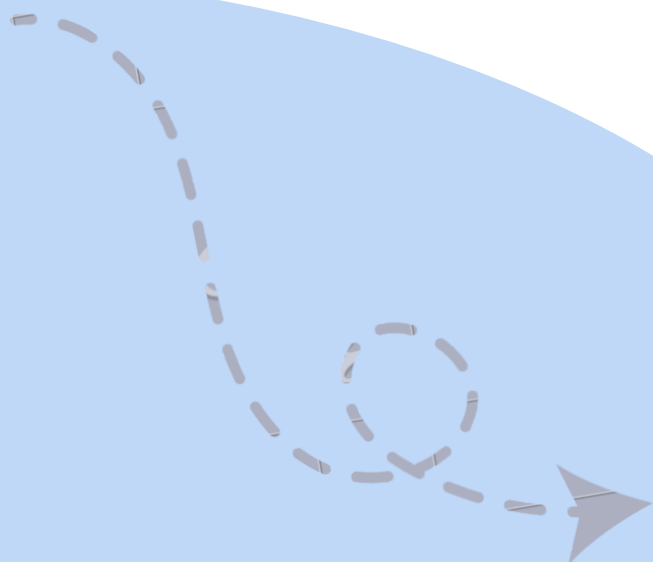


A Resolução do Conselho do Governo n.º 232/2023 de 15 de dezembro de 2023, que aprova o I Plano Regional para a Igualdade e Não Discriminação nos Açores 2023-2026 (PRINDA) e que prevê a disponibilização de um Guia Regional para a Linguagem Inclusiva na Região.

Orientações para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens

Apresentam-se, de seguida, sugestões que permitem a adoção de uma linguagem não discriminatória, evitando o uso do masculino universal, através de duas alternativas:

-  A neutralização ou abstração da referência sexual
-  A especificação do sexo



Orientação para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens

Neutralização ou abstração da referência sexual

Na língua portuguesa, pela sua origem latina, é difícil contornar a estrutura binária de género, exigindo uma maior reestruturação da linguagem a este nível. No sentido de promover uma língua portuguesa de uma forma mais inclusiva, a dada altura, recorreu-se à utilização de @, x, ou barras.

Todavia, estes mecanismos constituem uma dificuldade para pessoas noutras situações de vulnerabilidade, por exemplo, ao nível de perturbações de aprendizagem ou com algum tipo de incapacidade física que possa dificultar a leitura.

Recomenda-se, assim, o recurso da utilização de uma linguagem neutra de género em que, ao invisibilizar a conotação de género, inclui todas as pessoas.

Neste sentido, a neutralização ou abstração da referência sexual consiste na utilização de uma só forma para descrever mulheres e homens, minimizando a indicação do sexo das pessoas referidas através da utilização de formas inclusivas ou neutras.

●●● A neutralização ou abstração da referência sexual

Em vez de usar:

Os jovens

Os idosos

O marido ou a mulher

Os alunos

Os professores

O gerente

O diretor

Os dirigentes

Os técnicos superiores

As assistentes técnicas

O coordenador

As secretárias

Os candidatos

O autor

O requerente

Os interessados

Sugere-se a utilização de:

A população jovem

As pessoas idosas

O Cônjuge

Estudantes

O pessoal docente

A gerência

A direção

O pessoal dirigente

O pessoal técnico superior

O pessoal assistente técnico

A coordenação

O secretariado

As pessoas candidatas

Autoria

A pessoa que requer

As pessoas interessadas

●●● A especificação do sexo

A especificação do sexo consiste na utilização explícita de ambos os sexos de forma igual e paralela.

Esta especificação pode ocorrer através da utilização de formas duplas, que permite a inclusão de ambos os sexos em situações onde normalmente só são utilizados substantivos masculinos.

Em vez de usar:

Pais

Filhos

Os estudantes

Os alunos

Os avós

Os funcionários

Sugere-se a utilização de:

O pai e a mãe

Filhas e/ou filhos

As e os estudantes

As alunas e os alunos

A avó e o avô

O funcionário e a funcionária



Quanto à utilização de formas duplas que nomeiam ambos os sexos, sugere-se que a ordem em que são referidos seja alterada ao longo da escrita.

Exemplo

- As trabalhadoras e os trabalhadores
- Os trabalhadores e as trabalhadoras

Sugere-se também a concordância com o substantivo mais próximo.

Exemplo

- Os e as pensionistas abrangidas
- As e os pensionistas abrangidos



A utilização de barras pode ser uma opção quando os substantivos têm a mesma forma no feminino e no masculino, substituindo-se, assim, a utilização da forma dupla.

Este recurso permite manter a estrutura de base com relativa economia de espaço. Referir que devem usar-se barras e não parêntesis para incluir a conotação de outro género.

Exemplos

A/O utente

A/O jovem

O/A estudante

O/A doente

O/A presidente

A/O médica/o

A/O funcionária/o

O/A condutor/a

No caso de um plural facultativo de determinantes ou nomes com barra, deve usar-se o morfema de plural entre parênteses:

- A/O(s) utente(s)
- O/A(s) titular(es)

Outras recomendações

Sugerem-se, de seguida, possíveis modelos de substituição de formas linguísticas comumente utilizadas e que, ao serem substituídas, poderão promover a inclusão e evitar a discriminação.

Utilizar títulos e pronomes neutros em termos de género

Devem ser respeitados os pronomes escolhidos pelas pessoas. No caso de não ter a certeza sobre os pronomes de uma pessoa, o mais adequado é, sempre que possível, questionar a mesma educadamente quais os termos que considera mais apropriados ou utilizar uma linguagem neutra em termos de género.



Evitar estereótipos e palavras com conotação negativa

Deve haver cuidado para não utilizar uma linguagem que reforce estereótipos ou suposições baseadas no género ou noutras características. O uso, ainda que de forma inadvertida, de palavras e expressões com conotação negativa e que foram usados para marginalizar grupos específicos, contribui para o reforço de estereótipos e para o perpetuar de preconceitos que marginalizam outras pessoas.



Devem ser evitadas palavras ou expressões como:

“Mulato/a”

“Ela é Maria-rapaz”

“Mulher no volante, perigo constante”

“Homem não chora”

“São coisas de meninas/os”

“Um olho no burro, outro no cigano”

“Até parece um deficiente”

Comunicação Visual

Deve-se tentar garantir que todas as pessoas, independentemente das suas capacidades físicas, cognitivas ou sensoriais, possam aceder e compreender informações transmitidas através de elementos visuais, mas também que as imagens utilizadas possam retratar uma diversidade de pessoas e culturas, de forma que todos os públicos se sintam representados.



Deve-se ter preocupação em:

Assegurar a representação equilibrada de mulheres e homens no desempenho de várias funções

Evitar a utilização de imagens que representam estereótipos de género (nas profissões e nas cores, por exemplo)

Evitar a utilização de imagens que retratem situações que constituem estereótipos ou caricaturas sociais

Evitar a representação capacitista ou estereotipada de pessoas ou grupo de pessoas com alguma característica particular (pessoas com deficiência, por exemplo)

Assegurar a acessibilidade digital, de modo que os documentos possam ser lidos por dispositivos de apoio, bem como a existência de texto alternativo

Outros exemplos de linguagem inclusiva

Em linha com as boas práticas linguísticas de inclusão, importa dissociar a pessoa/ser humano da situação específica que se pretende descrever. A tónica deverá ser colocada na pessoa e não na condição que a pode caracterizar.

Em vez de usar:	Sugere-se a utilização de:
Deficiente ou Pessoa portadora de deficiência	Pessoa com deficiência
Deficiente motor	Pessoa com deficiência motora ou com mobilidade reduzida
Velho	Pessoa idosa
Cego	Pessoa com deficiência visual
Surdo	Pessoa surda
Raça cigana	Comunidades ciganas ou Pessoas ciganas
Sem-abrigo	Pessoa em situação de sem abrigo

Recomendações para Formulários e Correio Eletrónico

No que diz respeito aos formulários e texto em correio eletrónico, a predominância pela utilização da forma masculina constitui uma limitação que pode reforçar a exclusão de pessoas que não se identificam com o masculino.

Em vez de usar:

Filho de

Nascido a

Nascido em

Vive sozinho

Os requerentes devem

Obrigado

Sugere-se a utilização de:

Filiação

Data de nascimento

Naturalidade

Vive só

Quem requer deve

Agradecemos a colaboração



Conclusão

A adoção de uma linguagem inclusiva é um passo fundamental para promover o respeito, a igualdade e a não discriminação de todas as pessoas, o que se constitui como uma missão do Governo Regional dos Açores.

Este documento deverá ser visto como uma ferramenta útil e prática para ajudar todas as pessoas a comunicarem de forma mais inclusiva, assegurando que ninguém seja discriminado ou desrespeitado pela escolha das palavras.

A linguagem é dinâmica, e o que hoje é considerado adequado pode evoluir com o tempo. Por isso, este Guia não deve ser visto como definitivo, mas como um documento aberto a novas ideias, melhorias e atualizações. À medida que a sociedade muda e a consciência sobre inclusão cresce, este Guia poderá ser atualizado para refletir essas transformações.



Referências Bibliográficas

- Abranches, G. (2009). Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/11/Guia_ling_mulhe_homens_Admin_Publica.pdf
- Conselho Económico e Social (CES). (2021). Manual de Linguagem Inclusiva. CES.
- Fundo Regional de Ciência e Tecnologia (FRCT). Guia para uma linguagem inclusiva e neutra em termos de género no local de trabalho.
- Gabinete de Igualdade e Inclusão da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa. (2024) Guia para a utilização de linguagem inclusiva da Universidade NOVA de Lisboa: https://www.unl.pt/wp-content/uploads/2024/10/GULI_Web_A4_v3-1.pdf
- Leal, D., Freitas, J., Magalhães, S., Matias, M. (2023). Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva: https://www.up.pt/portal/documents/76/Guia_para_a_Utiliza%C3%A7%C3%A3o_de_Linguagem_Inclusiva.pdf
- Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (s.d.). Guia Regional da Linguagem Inclusiva.
- Serrão, C. (s.d.). Guia P.Porto para uma Comunicação Inclusiva: https://www.ipp.pt/comunidade/menu-comunidade/responsabilidade_social/comunicacao_inclusiva/copy2_of_GUIAINCLUSAOWEB.pdf

Guia Regional para a Linguagem Inclusiva



Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social
Direção Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social

